

UM DIAGNÓSTICO DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO ACRE

. Bel. Keully Maria da Costa Belarrmino¹*, Dr Carlos Estevão Ferreira Castelo²
ORCID: <https://orcid.org/0000-002-6255-6392>; <https://orcid.org/0000-0002-4694-9639>

¹ Mestranda da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.; ² Doutor em História Social – USP. Professor Associado 4 da Universidade Federal do Acre (UFAC/CCJSA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFAC). Professor do Programa de Pós-Graduação em História (Prof. História/UFAC).

*keully.belarrmino@sou.ufac.br

Recebido em: 25/04/2022; Aceito em: 17/06/2022; Publicado em: 15/07/2022
DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.1-10>

RESUMO

Este artigo propõe apresentar um panorama da política de desenvolvimento do atual governo do Estado do Acre, voltada para o agronegócio. A metodologia empregada foi a leitura e as análises dos estudos de Castro (2013), Silva e Del Grossi (2000), além de outros autores que problematizam sobre o processo de desenvolvimento do agronegócio no Brasil, na Região Norte e no Estado do Acre. Foram utilizados, ainda, dados secundários, contidos no ZEE (2021), CNA, IBGE, UCGEO e Censo Agropecuário para o Acre (2017). Começamos fazendo uma análise do crescimento do agronegócio no Brasil e de sua evolução para, em seguida, tratarmos sobre o desenvolvimento do agronegócio na Região Norte até chegar no Estado do Acre, onde apresentamos os principais produtos cultivados nos municípios, mostrando a cidade de Rio Branco como a que mais se destaca na prática agropecuária. Analisamos as transformações ambientais e socioeconômicas que ocorreram nos municípios para receber o agronegócio e as melhorias e incentivos que essa atividade econômica vem recebendo.

Palavras-Chave: agronegócio; política; desenvolvimento.

A DIAGNOSIS OF AGRIBUSINESS IN THE STATE OF ACRE

ABSTRACT

This article proposes to present an overview of the current development policy of the current government of the State of Acre, focused on agribusiness. The methodology used was the reading and analysis of studies by Castro (2013), Silva and Del Grossi (2000), as well as other authors who discuss the process of agribusiness development in Brazil, in the North Region and in the State of Acre. Secondary data were also used, contained in the ZEE (2021), CNA, IBGE, UCGEO and Agricultural Census for Acre (2017). We start by analyzing the growth of agribusiness in Brazil and its evolution, and then we deal with the development of agribusiness in the North Region until arriving in the State of Acre, where we present the main products grown in the municipalities, showing the city of Rio Branco as the most prominent in agricultural practice. We analyzed the environmental and socioeconomic transformations that occurred in the municipalities to receive agribusiness and the improvements and incentives that this economic activity has been receiving.

Key words: agribusiness; policy; development.

UN DIAGNÓSTICO DE LA AGROINDUSTRIA EN EL ESTADO DE ACRE

RESUMEN

Este artículo se propone presentar un panorama de la actual política de desarrollo del actual gobierno del Estado de Acre, centrada en la agroindustria. La metodología utilizada fue la lectura y análisis de estudios de Castro (2013), Silva y Del Grossi (2000), así como de otros autores que discuten el proceso de desarrollo de los agronegocios en Brasil, en la Región Norte y en el Estado de Acre. También se utilizaron datos secundarios, contenidos en la ZEE (2021), CNA, IBGE, UCGEO y Censo Agropecuario de Acre (2017). Comenzamos analizando el crecimiento de la agroindustria en Brasil y su evolución, y luego abordamos el desarrollo de la agroindustria en la Región Norte hasta llegar al Estado de Acre, donde presentamos los principales productos cultivados en los municipios, mostrando la ciudad de Rio Branco como el más prometedor en la práctica agrícola. Analizamos las transformaciones ambientales y socioeconómicas que se dieron en los municipios para recibir la agroindustria y las mejoras e incentivos que ha venido recibiendo esta actividad económica.

Palabras clave: agroindustria; política; desarrollo.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo teve origem, a partir das discussões em sala de aula, na disciplina Economia Política e Desenvolvimento Regional Amazônico: saberes compartilhados, ministrada no curso de Mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, da Universidade Federal do Acre - UFAC, no segundo semestre de 2021.

O objetivo maior foi problematizar o agronegócio (agricultura tipicamente capitalista) como uma proposta de desenvolvimento para o estado do Acre. Especificamente sua viabilidade na geração de emprego e renda. Neste âmbito, também se deu ênfase às ações tomadas para o uso adequado dos recursos naturais e verificou-se medidas voltadas para sustentabilidade interligadas ao desenvolvimento econômico.

A metodologia empregada baseou-se na leitura e análises dos estudos de Castro (2013), Silva e Del Grossi (2000), além de outros autores que problematizaram sobre o processo de desenvolvimento do agronegócio no Brasil, na Região Norte e no estado do Acre. Foram utilizados, ainda, dados secundários, contidos no ZEE (2021), CNA, IBGE, UCGEO e Censo Agropecuário para o Acre (2017).

Na primeira parte do artigo aponta-se uma análise do crescimento do agronegócio no Brasil e de sua evolução para, em seguida, destacar problematizações sobre o desenvolvimento do agronegócio na Região Norte e no estado do Acre.

Observamos que o Acre precisa decidir as ações necessárias para seu desenvolvimento, como por exemplo: Deveria insistir na exploração dos recursos da floresta? Deveria direcionar

seu esforço para a agricultura tipicamente capitalista, como defende o governo atual? Existiriam alternativas diferentes das anteriores? A justificativa de problematizar o tema agronegócio neste texto reside nesse debate.

O agronegócio no estado resulta da expansão fronteira agropecuária, que se fortificou na década de 1970, onde obtivemos um aumento significativo da atividade agropecuária e, conseqüentemente, uma expansão capitalista voltada para a concentração fundiária e a monopolização da terra. O município de Rio Branco é o que mais se destaca no agronegócio. O Estado do Acre em si, cresceu muito em volume de negócio, o que faz com que esse tipo de atividade econômica venha sendo uma das principais, atualmente, sendo algo que nos traz inquietudes.

1.1. A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO

O espaço geográfico brasileiro sempre foi alvo de profundas modificações, principalmente o espaço rural que, de acordo com Silva e Del Grossi (2000), vem passando por profundas transformações, quer seja no avanço da modernização agrícola, quer no avanço de novas atividades no seu interior. Nos últimos 40 anos, a produção agropecuária brasileira se desenvolveu de tal forma que o Brasil poderá ser o grande fornecedor de alimentos do futuro. O efeito transformador da revolução agrícola dos últimos 40 anos é, certamente, o fato mais importante da história econômica recente do Brasil e continua abrindo perspectivas para o desenvolvimento futuro do país (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil- CNA, 2021).

Segundo Silva e Del Grossi,

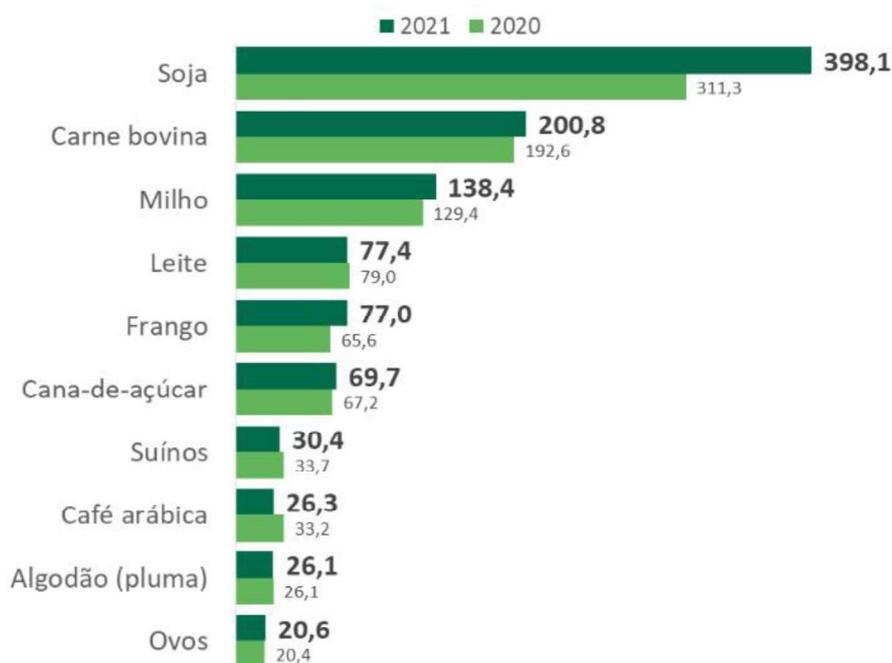
O processo de modernização da agricultura brasileira continuou seu curso nos anos 80 e 90. A partir do impulso das políticas keynesianas do pós-guerra e com a integração da agricultura com outros setores da economia, a produtividade agrícola aumentou consideravelmente em quase todo o mundo. Conseqüentemente, a produtividade do trabalho agrícola também experimentou substancial acréscimo, a tal ponto que as tarefas, antes de responsabilidade de toda a família, passaram a ter caráter mais individualizado. (SILVA e DEL GROSSI, 2000, p.165)

Ainda segundo o CNA (2021), o agronegócio tem sido reconhecido como um vetor crucial do crescimento econômico brasileiro. Em 2020, a soma de bens e serviços gerados no

agronegócio chegou a R\$ 1,98 trilhão, ou 27% do PIB brasileiro. Dentre os segmentos, a maior parcela é do ramo agrícola, que corresponde a 70% desse valor (R\$ 1,38 trilhão); A pecuária corresponde a 30%, ou R\$ 602,3 bilhões.

Na figura 1, podemos observar que a soja (grãos) é o produto que se destaca na produção agropecuária brasileira, sendo o mesmo responsável por aproximadamente 311,3 bilhões de reais em produção no ano de 2020. Logo após, temos a pecuária de corte, com R\$ 192,6 bilhões, em 2020. E, em seguida, temos o milho, com R\$ 129,4 bilhões, seguido da pecuária de leite (R\$ 79,0 bilhões) e da cana-de-açúcar (R\$ 67,2 bilhões); o frango (R\$ 65,6 bilhões) aparece em sexto lugar, seguido do café (R\$ 34,5 bilhões) e da carne suína com R\$ 33,7 bilhões.

Figura 1: Valor Bruto da Produção no Brasil em 2020 e 2021 (em R\$ bilhões)



Fonte: IBGE / Elaboração CNA

Segundo o CNA (2021), quanto ao comércio internacional, 48% das exportações brasileiras, em 2020, foram de produtos do agronegócio. Também há forte contribuição do agronegócio para o desempenho da economia brasileira. Desde 2010, o superávit comercial do agronegócio brasileiro tem mais que superado o déficit comercial dos demais setores da economia brasileira e garantido sucessivos superávits à Balança Comercial Brasileira.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas tanto nos mercados domésticos quanto nos internacionais, os locais de destino e a diversidade de produtos exportados pelo agronegócio

brasileiro aumentaram de forma bastante expressiva. O Brasil é o quarto maior exportador mundial de produtos agropecuários (aproximadamente USD 100,7 bilhões), atrás apenas da União Europeia, EUA e China.

A seguir, retratado na figura 3, é possível perceber o Brasil, hoje, como o maior exportador de soja, café, suco de laranja, açúcar, carne de frango e carne bovina. Além de ser o maior produtor mundial de soja, café, suco de laranja e açúcar; é, também, o segundo em carne bovina e terceiro de frango. Ainda segundo o CNA (2021), o Brasil é, inclusive, o terceiro maior exportador de milho e o quarto de carne suína.

Figura 2: Produção e Exportações Brasileiras no Ranking Mundial em 2020.



Fonte: IBGE / Elaboração CNA

Nas últimas décadas, a produção agrícola brasileira cresceu significativamente, seja através do aumento de produtividade, devido a modificações tecnológicas introduzidas no sistema produtivo, seja através da incorporação de novas áreas de produção àquelas já exploradas (CASTRO, 2013).

O Brasil é, atualmente, um dos principais produtores agrícolas do mundo e, segundo Castro (2013),

Grande parte do dinamismo desse setor ocorreu em atividades agropecuárias desenvolvidas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Entretanto, as atividades agropecuárias desenvolvidas na região Norte pouco participaram desse dinamismo recente do setor agrícola brasileiro. No ano de 1995, por exemplo, as regiões brasileiras participavam, percentualmente, da seguinte forma no total da produção do setor agropecuário: Norte, 4,2%; Nordeste, 13,6%; Centro-Oeste, 10,4%; Sudeste, 41,8%; e Sul, 30,0%, dados estes que revelam a concentração nestas duas últimas regiões de mais de 70% de todo o montante do agronegócio brasileiro. (CASTRO, 2013 p.7).

Na região Norte, onde temos a Floresta Amazônica e, conseqüentemente pela sua biodiversidade, são apresentados grandes interesses no tocante à preservação dos recursos naturais. Ainda que a importância da preservação dessa grande biodiversidade seja algo bem definido, é preciso aliar tal propósito com a geração de emprego e renda na região. Essa missão é um tanto complexa, pois, na visão de Castro, (2013, p. 8),

As atividades agropecuárias existentes na região enfrentam diversos desafios, que vão da disputa pela posse da terra à preservação ambiental; do êxodo rural ao financiamento da produção; da infraestrutura de escoamento da produção à viabilização econômica da agricultura familiar: envolvendo questões políticas, sociais, ambientais, tecnológicas e econômicas.

Ainda segundo Castro (2013), a agropecuária praticada na região Norte é muito variada, seja com relação às culturas plantadas, seja com relação a aspectos como nível de tecnologia empregada na produção agrícola. A pecuária é a principal atividade agropecuária da região, seguindo-se em importância, em termos de valor total da produção, o cultivo de mandioca e a pecuária leiteira, respectivamente, em segundo e terceiro lugares.

1.2. O AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO ACRE

O estado do Acre possui uma população de 894.470 habitantes (IBGE, 2020), dentro dos 22 municípios. As transformações territoriais e demográficas apresentam o território em que há um processo de urbanização e crescimento populacional, a exemplo de Rio Branco, que corresponde a 80% do PIB da indústria e dos serviços. Outros municípios são caracterizados pela vida rural, como Capixaba, onde predominam atividades agropecuárias. Ao mesmo tempo, existem localidades de extensas áreas de florestas onde vivem indígenas e comunidades tradicionais, consideradas áreas remotas e de difícil acesso. (ACRE, 2021).

Dentro do setor agropecuário, a cidade que mais se destaca é a capital Rio Branco que, desde 2004, tornou-se o principal município em valor da produção entre os demais, com 185 milhões, em 2016. O declínio das atividades econômicas no estado, no período de 2016 a 2018 refletiu no VAB (Valor Adicionado Bruto) do setor agropecuário da capital, que é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região, que totalizou 150 milhões, em 2018. Destaca-se, também, o município de Sena Madureira que, até 2004, sustentava a maior participação no setor e, em 2016, alcançou a cifra de 117 milhões, passando para 91 milhões, em 2018 (ACRE, 2021).

Adentrando aos municípios do interior do Acre, temos três que apresentam como prática predominante o setor agropecuário e ilustram, de forma clara, as tendências dessa atividade. Senador Guiomard, Acrelândia e Tarauacá, que utilizam a infraestrutura logística de escoamento da produção e acesso através da rede viária. Dentre esses municípios, Senador Guiomard apresentou um destaque mais relevantes em relação aos demais, a partir de 2009, alinhando-se à Sena Madureira, no período de 2011 a 2012, com valor de produção de 100 milhões, em 2016. (ACRE, 2021).

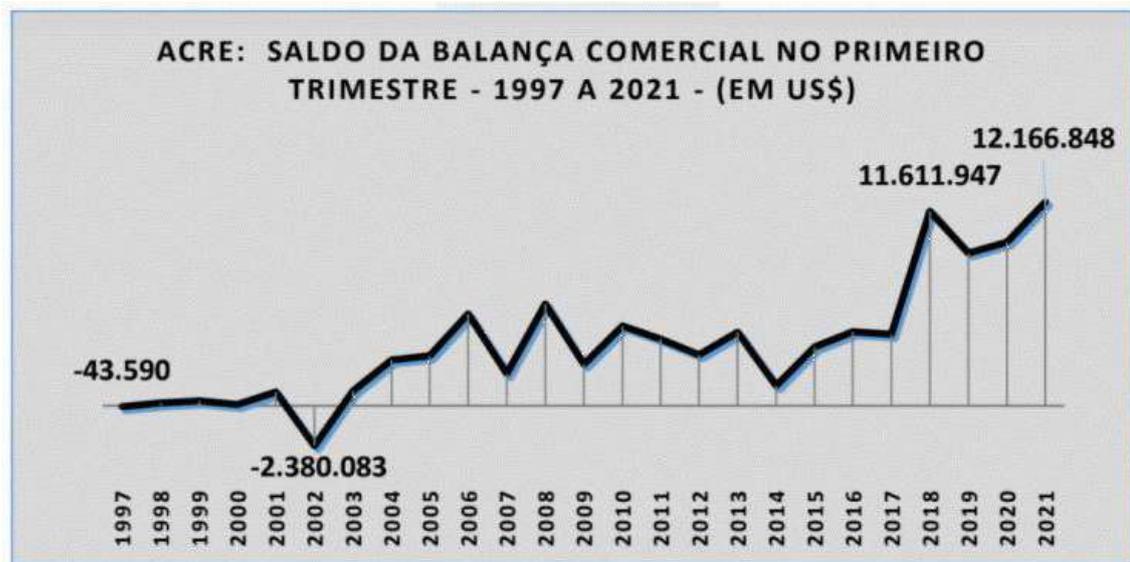
Na Região do Juruá, temos o município de Cruzeiro do Sul com um retrato diferenciado na sua estrutura produtiva, tendo como maior participação de lavoura temporária (mandioca). No período de 2009-2011 houve um substancial acréscimo na sua produção, mas logo após, houve um declínio no nível de produção, fazendo com que fosse ultrapassado pelo município de Sena Madureira (ACRE, 2021).

Segundo os dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE (PAM/IBGE, 2019), a evolução do mercado agrícola tem garantido o crescimento do Valor Bruto da Produção (VBP), destacando-se nesse ponto as lavouras temporárias e permanentes que alcançaram 579 milhões, em 2016. A produtividade agrícola (ou rendimento em kg/ hectare) cresceu em média 3% a.a., de 2005 a 2016, com estabilização desse indicador, a partir de 2010. Já a área de produção decresceu, enquanto o valor da produção aumentou (ACRE, 2021).

Por sua vez, no tocante a pecuária apresentou um crescimento no estado, com ampliação no número de abates e com dados do ZEE, 2021 observou-se que esse número foi de 16% a.a. entre 2005 e 2010 e, após esse ano, até 2017, manteve-se estável, com oscilações de aproximadamente 1%. Constatou-se também que os municípios de Brasileia, Acrelândia, Plácido de Castro e Cruzeiro do Sul tiveram suas áreas de lavoura reduzidas significativamente entre 2005 e 2016, enquanto os rebanhos bovinos aumentaram no mesmo período.

Segundo o artigo publicado pelo economista Orlando Sabino, no site [ac24horas.com](https://ac24horas.com/2021/04/15/acre-teve-saldo-de-122-milhoes-de-dolares-na-balanca-comercial-no-primeiro-trimestre/) (<https://ac24horas.com/2021/04/15/acre-teve-saldo-de-122-milhoes-de-dolares-na-balanca-comercial-no-primeiro-trimestre/>), o Acre fechou o primeiro trimestre de 2021 com saldo recorde de US\$ 12,167 milhões em sua balança comercial. Este resultado é o segundo maior saldo já registrado pelo Acre desde 1997, sendo superado somente pelo mês de dezembro de 2018 (US\$ 10,274 milhões).

Figura 3: Balança Comercial do Acre (1997-2021).



Fonte: ac24horas.com

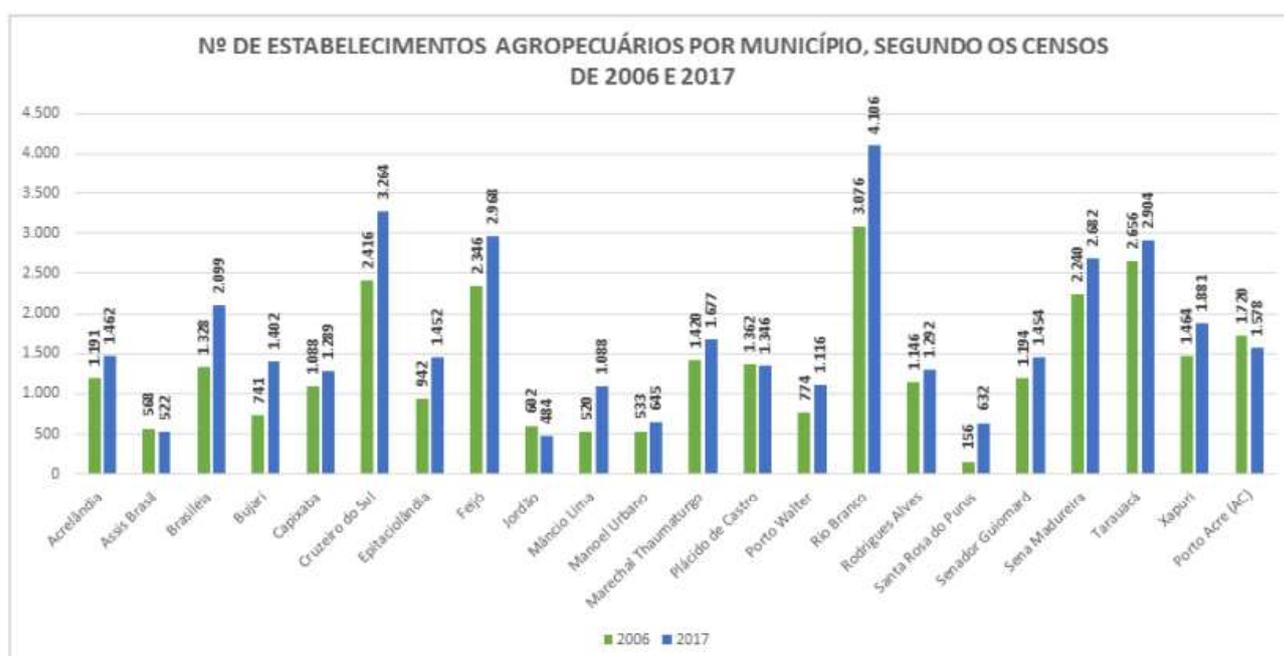
Na figura acima, observamos um aumento expressivo no saldo da balança comercial do estado do Acre no primeiro trimestre de 2021, que na visão de Orlando Sabino, no artigo que escreveu no site ac24horas.com (<https://ac24horas.com/2021/04/15/acre-teve-saldo-de-122-milhoes-de-dolares-na-balanca-comercial-no-primeiro-trimestre/>) “foi muito influenciado pela exportação da soja, em março. Os principais destinos da soja acreana foram: Peru, Países Baixos (Holanda), Espanha, Argélia e Turquia”.

Segundo as informações do Censo Agropecuário do IBGE para o período de 2010 a 2017, foi realizada a análise da evolução da área destinada à colheita de lavouras temporárias, a qual revela que, enquanto o Brasil teve incremento de aproximadamente 25% e a Região Norte atingiu taxa de crescimento de 50%, o estado do Acre apresentou decréscimo de 25% na área dedicada às lavouras temporárias. As atividades produtivas da agropecuária revelam uma cultura agrícola no Acre que se divide em dois grupos do setor primário: a lavoura temporária e a permanente.

Com base na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE), o extrativismo vegetal faz parte das atividades produtivas do Acre e tem um valor muito significativo na economia do estado. A atividade florestal madeireira e o extrativismo da borracha, da castanha e do açaí são as mais expressivas, assim como, a produção extrativista e algumas outras culturas permanentes e temporárias também se destacam no contexto da agricultura do estado do Acre.

O meio rural no Estado do Acre passou por inúmeras transformações ambientais e socioeconômicas entre 2006 e 2017. Nesse período, segundo o ZEE o número de estabelecimentos agropecuários cresceu 27%, passando de 29.483 para 37.343, enquanto a área total cresceu 20%, passando de 3,53 para 4,23 milhões de hectares, ocupando 26% da área total do estado. Nesses anos, o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários cresceu 35%, passando de 92.406 para 124.894 pessoas (IBGE, 2019 e 2019). Essas áreas incluem pequenas, médias e grandes propriedades privadas, projetos de assentamento tradicionais, projetos de desenvolvimento sustentável e agroextrativistas sob gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e as reservas extrativistas, sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Figura 4: Estabelecimentos agropecuários por municípios acreanos (2006-2017).



Fonte: Censo Agropecuário – 2017

De acordo com o ZEE, entre 2006 e 2017, a população rural do Acre também passou por profundas transformações demográficas. O número de pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários com mais de 65 anos de idade aumentou 40%; por outro lado, a faixa etária com menos de 25 anos diminuiu 27% e os com idade entre 25 a 35 anos caiu 30%. A explicação seria que os jovens migraram para a cidade em busca de melhores perspectivas de estudos e trabalho para uma melhor qualidade de vida.

Outra mudança bem expressiva, é com relação aos estabelecimentos agropecuários comandados por mulheres, que apresentam uma crescente participação. No ano de 2006, tínhamos 90% dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por homens e apenas 10% eram por mulheres. Passaram-se um período de 11 anos com uma modificação nesse cenário, já que a participação das mulheres dobrou, alcançando o percentual de 20% dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários em 2017 (IBGE, 2019).

Quando se discute agronegócio, é primordial colocar os índices de desmatamento em questão. Segundo a Unidade Central de Geoprocessamento (UCEGEO) do Acre, no ano de 2018, o desmatamento acumulado no estado atingiu o montante de 2.419.470 hectares, isso representa 14,7% da área total do estado (ACRE, 2019). Quanto aos índices de pastagens cultivadas, chegaram a 81% e as áreas com vegetação secundária 13% continuam sendo os principais usos das áreas desmatadas (AMARAL et al., 2018).

Pela forte presença da atividade agropecuária, através de dados Unidade Central de Geoprocessamento (UCEGEO) do Acre, constatou-se 64% do desmatamento está concentrado no Vale do Acre, nas proximidades dos centros urbanos, de rios e rodovias estaduais e federais. As regionais que englobam essa área de desmatamento são a do Baixo Acre e Alto Acre respondendo por 46% e 18% da área total desmatada no estado até 2018, respectivamente. As outras partes das áreas desmatadas, o correspondente a 36% restantes, estão distribuídos pelas regionais de Tarauacá-Envira (14%), Purus (12%) e Juruá (10%).

Na regional do Baixo Acre, onde estão localizados os municípios de Plácido de Castro, Senador Guiomard, Acrelândia, Capixaba, Epitaciolândia e Porto Acre já possuem mais de 50% dos seus territórios desmatados. A capital, Rio Branco, com apenas 34,1% do seu território desmatado, contribui com 12,4% de todo o desmatamento acumulado no Acre. Também merecem destaque os municípios de Sena Madureira, Feijó e Tarauacá, os quais, embora apresentem menos de 10% do seu território desmatado, já contribuem individualmente com mais de 5% para a área total convertida no estado. Apenas Assis Brasil obteve um decréscimo, tanto no número e unidades (menos 46), quanto na área (menos 13.607 ha) dos estabelecimentos agropecuários.

Dentre os municípios acreanos que apresentaram os maiores índices de crescimentos absolutos na área total foram: Feijó (110.256 ha), Brasiléia (89.634 ha), Xapuri (82.424 ha) e Rio Branco (79.683 ha). Já, em relação ao número de estabelecimentos, os municípios que

apresentaram os maiores crescimentos absolutos foram: Rio Branco (1.030), Cruzeiro do Sul (848), Brasileia (771) e Bujari (661), (Censo Agropecuário para o Acre – 2017).

No período entre 2006 e 2018, a população do Acre aumentou de 686.652 para 869.265 habitantes (IBGE, 2019), já o desmatamento passou de 1.861.158 ha para 2.419.470 ha (ACRE, 2019). Nesse passo, temos o município de Bujari que apresenta o maior desmatamento per capita, em decorrência da grande concentração da terra e do desmatamento desenfreado em grandes propriedades de terra, para a prática da pecuária.

Segundo consta no ZEE (2021), na última década, houve uma redução significativa das áreas com vegetação de floresta nativa, nos municípios do Baixo Acre constata-se os maiores índices, seguido da participação dos municípios das regionais do Purus, Tarauacá-Envira e Alto Juruá. As transformações das atividades de agricultura de derruba e queima e da expansão das áreas de pastagens para a pecuária bovina e para a nova fronteira de desmatamento, ao longo da BR-364, são as maiores causas desse flagelo ambiental.

Entre 2006 e 2018, o setor agrícola do Acre sofreu grandes transformações, segundo o IBGE (2019) a área agrícola diminuiu de 126.681 ha, em 2006, para 85.185 ha, em 2018. Seguindo no mesmo ritmo, no mesmo período, o desmatamento anual diminuiu 13,6%, passando de 55.629 ha para 48.071 ha (IBGE, 2019; ACRE, 2019). Segundo o ZEE, a diminuição nos recursos dos governos federal e estadual para investimentos, melhoria e manutenção de estradas vicinais, é fator preponderante para as mudanças na maneira de praticar a agricultura no Acre. Observa-se que o agronegócio no Estado do Acre está interligado diretamente ao desmatamento, mesmo que tenha acontecido uma pequena diminuição nas áreas agrícolas, é preciso também políticas de desenvolvimento tecnológico e de incentivos para pequenos e médios produtores.

Segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), 70% dos estabelecimentos agropecuários cultivam lavouras temporárias e 48% cultivam lavouras permanentes (IBGE, 2019). Os municípios com as maiores áreas agrícolas, tanto de lavouras anuais e perenes são Tarauacá, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco, Senador Guiomard, Cruzeiro do Sul, Acrelândia, Porto Acre e Capixaba, correspondendo a 58% da área agrícola do Acre.

No período entre 2006 e 2018, o rebanho bovino cresceu 23%, as áreas de pastagens 25% e o desmatamento acumulado, 18% (ACRE, 2021). Isso ocorreu devido à expansão das áreas de pastagens para a criação do rebanho bovino e, conseqüentemente, uma redução na área destinada à agricultura. As terras utilizadas pela agricultura têm um tempo de duração de três

anos, quando perdem a fertilidade do solo, e em seguida, as mesmas são queimadas e utilizadas como pastagens.

A pecuária bovina é a principal atividade pecuária do Acre, com as pastagens cultivadas ocupando 80,6% das áreas desmatadas (AMARAL *et al.*, 2018). No período de 2006 a 2018, o rebanho bovino do Acre apresentou um crescimento, ultrapassando a 3 milhões de cabeças, em 2018 e alcançou 2,3 milhões de cabeças, em 2019 (IDAF, 2019). A cidade de Rio Branco concentra 14,5% do rebanho do Acre.

Os municípios que também vêm se destacando pelos elevados índices de crescimento dos rebanhos bovinos são Santa Rosa do Purus (229%), Marechal Thaumaturgo (135%), Feijó (102%) e Manoel Urbano (95%). Observou-se similar destaque para Assis Brasil, Epitaciolândia, Jordão, Porto Walter, Porto Acre e Tarauacá, que assim como os demais, também apresentaram crescimento dos rebanhos acima de 50% entre 2006 e 2018. Algo que precisa ser destacado é que no ano de 2019, o Acre tinha 23.747 propriedades com rebanho bovino de 3.090.493 animais.

Algo importante que precisa ser destacado é que, representando a maioria, as propriedades com pequenos rebanhos, com até 500 cabeças de gado, constituindo 96% do total, significando 59,7% de todo o rebanho do estado. Por outro lado, a representatividade das propriedades com grandes rebanhos, aqueles com mais de mil cabeças, é de apenas 1,5% do total e detêm 16,9% do rebanho bovino (IDAF, 2019).

Para facilitar a atividade agropecuária, 70% dos estabelecimentos do Acre já utilizam energia elétrica. Os municípios com maior nível de eletrificação nas propriedades são: Plácido de Castro, com 98%; Senador Guiomard, com 97%; Porto Acre, com 96%; Acrelândia, com 95%; e Rio Branco e Capixaba, com 91%. Já os municípios de Jordão, com 11%; Santa Rosa do Purus, com 24%; Porto Walter, com 34%; Feijó, com 37%; e Marechal Thaumaturgo, com 46% apresentam pouca eletrificação rural (IBGE, 2019). A energia elétrica, nas áreas rurais, é de suma importância para o desenvolvimento econômico e para melhorar a qualidade de vida das populações que habitam essas áreas.

Muitos agricultores tiveram acesso ao crédito rural, o destino de 63% dos financiamentos foi para a pecuária, que ficou com a maior parte; 25% foram para lavouras temporárias, 5% para lavouras permanentes e 3% das propriedades destinaram os financiamentos para atividades de manejo florestal. Já as atividades de horticultura e piscicultura receberam 2% dos financiamentos, cada uma (IBGE, 2019). Segundo dados do

Censo Agropecuário, entre 2006 e 2017, obtivemos um aumento de estabelecimentos agropecuários que informaram ter recebido assistência técnica, chegando à 48,5%, passando de 2.873 para 4.269.

No tocante à aplicação dos recursos do crédito agrícola, observa-se que 78% dos produtores destinaram seus financiamentos aos investimentos, 29% à manutenção e 26% ao custeio de suas atividades agropecuárias e florestais (IBGE, 2019). Em 2006, 415 propriedades do Acre possuíam 624 tratores agrícolas, esse número aumentou significativamente nos últimos 11 anos, passando para 1.444, sendo que 48% são de propriedades familiares. O número de tratores também aumentou em 242%, passando para 2.133, sendo 37% usados em propriedades familiares (IBGE, 2019).

A organização social dos produtores é algo que precisa ser melhor estruturado, para que haja uma melhor eficiência dos mesmos no momento de reivindicarem melhorias, avanços, aprimorar a comercialização dos produtos e para a compra de insumos agropecuários. Um dado interessante é que em 2017, apenas 40% dos produtores declararam ser associados a cooperativas, associações de moradores ou qualquer outra entidade de classe. Os municípios com mais de 50% dos produtores engajados em associações e cooperativas são: Xapuri, Manoel Urbano, Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasileia. (IBGE, 2019).

2. CONCLUSÃO

A realidade econômica do estado do Acre, no momento, indica para crescimento do agronegócio que, segundo Davis e Goldberg (1957), definem o termo agronegócio ou agrobusiness como sendo a “soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; das operações de produção na fazenda; do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos, a partir deles”.

Observa-se hoje que, o desmatamento e as queimadas produzidas pela prática do agronegócio, necessita de um olhar mais especial, e se faz necessário fomentar um conjunto de políticas públicas integradas para a sua diminuição. É importante incentivar a fiscalização dos órgãos competentes com capacitação e investimentos na infraestrutura, para que haja mais dinamismo na execução das ações.

A grande preocupação quanto ao aumento do agronegócio está ligada ao desmatamento que, já que no ano de 2018 o mesmo atingiu cerca de 14,7% da área total do Estado. (ACRE,2018). Sabemos da importância dessa atividade econômica para o desenvolvimento,

mas é necessário não tirar do nosso radar a questão da preservação e conservação das nossas florestas e pensarmos em alternativas econômicas que minimizem os impactos socioambientais.

3. REFERÊNCIAS

ACRE. GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Desmatamento no Acre – 1988-2017**. Base de Dados Geográfica. Rio Branco: UCEGEO, 2018.

ACRE. GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre**. Resumo Executivo do Zoneamento Ecológico Econômico. Fase III v.16 WEB, 2021.

ACRE. GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL (IDAF). **Banco de Dados do Cadastro de Vacinação Contra a Febre Aftosa**: campanha de maio de 2019. Rio branco, AC: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre (IDAF). 2019.

ACRE. GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. UNIDADE CENTRAL DE GEOPROCESSAMENTO DO ESTADO DO ACRE (UCEGEO). **Evolução do desmatamento anual e acumulado no Acre até 2018**. Rio Branco, AC: Governo do Acre – Instituto de Mudanças Climáticas (IMC); Unidade Central de Geoprocessamento, 2019.

AMARAL, E. F. do. *et al.* **Inventário de emissões antrópicas e sumidouros de gases de efeito estufa do Estado do Acre**: ano-base 2014. Rio Branco, AC: Embrapa Acre, 2018. 65 p.

BRASIL.CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Panorama Agro**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro> Acesso em dez. 2021.

BRASIL.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE-Sistema IBGE de Recuperação automática – Sidra. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em jan. 2022.

BRASIL.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro: IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em jan. 2022.

CASTRO, César Nunes de. **A AGROPECUÁRIA NA REGIÃO NORTE: OPORTUNIDADES E LIMITAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

SABINO, Orlando. **Acre teve saldo de 12,2 milhões de dólares na balança comercial no primeiro trimestre**. Publicado em 15/04/2021. Disponível em: <https://ac24horas.com/2021/04/15/acre-teve-saldo-de-122-milhoes-de-dolares-na-balanca-comercial-no-primeiro-trimestre/>. Acesso em jan. 2022.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro.** Ocupações rurais não-agrícolas. [s.d]. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/o-novo-rural-brasileiro.pdf>. Acesso em jan. 2022.

VALENTIM, J. F. *et al.* **A revolução da agricultura do Acre.** A gazeta do Acre. Acre, 24 ago. 2015. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/arevolucao-da-agricultura-do-acre/>. Acesso em jan. 2022.